



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 23**

### **22.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de dezembro de 2012**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro, do ano dois mil e doze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes Membros: Antero de Figueiredo Marques Teixeira, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Cristóvão da Conceição ventura Crespo, Chambel Tomé (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Manuel Pargana, Maria Alexandra Marques Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Miguel André Telo de Arriaga, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Adriano da Graça Mourato Capote, José Manuel Cavalheiro, Catarina Alexandra Dias, Odete Rolo (em substituição de António Biscainho, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carlos Alberto da Conceição Afonso, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Gonçalo Chambel (em substituição de Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), António José de Moraes Baptista, Manuel de Jesus Nicolau Marques, António Maria Petas Chaparro, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, Ana Cesteiro (em substituição de António Manuel Lameira Dias, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da mesa, deu início aos trabalhos, eram 14:30 horas. Informou que antes de passar ao período antes da ordem do dia e à leitura do expediente, iria dar a palavra à intervenção dos cidadãos. -----

### **Intervenção do Público:**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Presidente da Mesa da Assembleia a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. Não houve qualquer intervenção a registar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Período antes da Ordem do Dia:**

O Presidente da mesa informou os presentes sobre o expediente dirigido à Assembleia Municipal, recebido até à data. Recordou aos presentes que, na reunião dos representantes que tiveram na semana passada, tinham ficado acordados os tempos de intervenção dos grupos partidários para o período antes da ordem do dia: 25 minutos para o PSD; 20 para o PS; 15 para a CDU e 10 para o CDS-PP. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que, normalmente, estariam ali a apreciar o orçamento e as grandes opções do plano, instrumentos de planeamento essenciais para o bom funcionamento da Câmara. Infelizmente, tal não era possível porque tinha sido chumbado. Acrescentou o facto de que, desde o chumbo do PAEL que tinham vindo a assistir a um constante bloquear do funcionamento normal da autarquia, principalmente por parte da oposição do PS. Relembrou que uma das razões subjacentes ao chumbo do PAEL se prendia com o pagamento da dívida à Valnor e às Águas do Norte Alentejano, e que, devido a tal, estavam a suportar juros altíssimos. Por outro lado, se tivessem ido ao PAEL, estariam com juros bastante mais baixos e poderiam estar a renegociar a dívida de curto prazo, vencida a 90 dias. Lamentou que assim fosse, até porque atualmente existiam outras Câmaras, tanto da CDU como do PS, que foram ao PAEL e já tinham negociado a sua dívida. No caso da Câmara Municipal de Portalegre, em vez de um milhão e quatrocentos mil, estariam com seis milhões e quatrocentos mil, o que seria, de facto, a dívida de curto prazo, vencida a noventa dias. Sublinhou que, apesar da não adesão ao PAEL, tinham sido pagas todas as dívidas de curto prazo aos fornecedores locais. Relativamente ao orçamento era um orçamento de contenção, que tinha sido difícil de fazer e desafiou qualquer um a fazê-lo melhor, com contenção e de rigor, focalizado nos eixos principais de atuação do Município. Mais referiu que, muito embora as dificuldades, também tinha sido reduzido o endividamento líquido da Câmara em cinco milhões, setecentos e treze mil euros, conforme se poderia comprovar nos documentos a que tinham acesso. Relevou que o contexto não era nada favorável e que as receitas tinham caído cerca de quatro milhões e setecentos mil euros, o que representava um esforço de onze milhões de euros, qua a Câmara tinha feito. Disse ser importante referir que, com a não aprovação do orçamento, poderiam vir a ser inviabilizados alguns projetos, e outros em que teriam dificuldade em dar a resposta necessária, os quais eram extremamente pertinentes para a região, como era o exemplo da Escola da Praceta e a outros de âmbito social e cultural. Obviamente que estavam bastante preocupados com o desemprego e com a dinâmica económica e só de algumas mentes perversas é que passaria que tal assim não fosse. Mais referiu que, de acordo com as linhas estratégicas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a nível nacional, de política económica, a mesma deveria ser dada pelo setor privado porque a Câmara não o podia fazer. Naquele sentido, a Câmara tem sido um parceiro com as entidades privadas e uma prova daquilo era o projeto da Abrunheira, com o projeto de arquitetura que entrou na Câmara e no Turismo de Portugal e o estudo de impacto ambiental entrou na CCDR; quanto ao projeto do Hotel Facha, disse que a candidatura foi aprovada pelos sistemas de incentivos à inovação e, em princípio, a obra iria arrancar no primeiro trimestre de 2013 e, evidentemente, estavam satisfeitos com aquela notícia, pois dará uma grande complementaridade ao Hotel que já existe e possibilitará duplicar o número de camas, assim como mais emprego. Acrescentou que tinha sido também aprovada a quarta linha de transformação de polietileno em pet, o que implicaria uma reposição da Evertis no mercado externo e, obviamente, uma maior estabilidade daquela empresa, referindo-se à Selénis, o que significava todo um conjunto de dossiês que, consecutivamente, foram rotulados pela oposição como sendo processos que andavam enleados e que nunca mais se resolviam. Portanto, era naquele sentido que a Câmara tinha andado a fazer esforços e, junto dos privados, tentou desbloquear as coisas e, sempre que necessário, irem a todo o lado. Relativamente à cultura, lembrou que era a Câmara quem liderava o processo da mesma e, obviamente, que a Fundação Robinson era, sem dúvida alguma, um meio que tinham à disposição e seria inconsciente se não o considerassem.-----

Solicitando a interrupção da intervenção da Presidente da Câmara, Adriano Capote perguntou se, por acaso, estariam já no ponto 3 da ordem de trabalhos?-----

Novamente no uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que, a partir do dia 24 de dezembro, todo o conjunto do espaço Robinson passaria a ser de interesse público. -----

Pedindo o uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que o grupo da CDU pretendia fazer ali uma declaração política, a qual passou a ler:-----

### **Declaração Política** – (CDU)

“A experiência vivida em Portalegre confirma o que a CDU sempre defendeu e afirmou: os executivos pluripartidários têm sido benéficos para a vida da cidade e do Concelho de Portalegre, relevando o contributo de trabalho realizado pelos vereadores eleitos pela CDU. Foi assim com Jorge Arranhado, Joaquim Miranda, Casimiro Menezes, Adriano Capote, Luís Pargana e, agora, Hugo Capote, cujo contributo muito positivo é reconhecido e considerado. Realce especial merece o seu desempenho na salubridade pública, na edificação da Biblioteca Municipal, nas propostas para o desenvolvimento do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Concelho e, com natural destaque, na cultura, promovendo um dinamismo cultural sem paralelo em Portalegre; e só possível pela profunda ligação aos agentes culturais e fruto de uma visão cultural transversal, abrangente e assente naqueles que a fazem, no dia-a-dia, no trabalho e não em teóricos de pacotilha.

A CDU esteve na criação da Fundação Robinson – estrutura que considerámos (e ainda consideramos) um instrumento para salvaguardar e reforçar a atividade cultural em Portalegre e para dinamizar um espaço urbanístico desapropriado da vivência da Cidade. Mas as incongruências e as guerrilhas de baixo valor entre PS e PSD (e a incapacidade de ver mais além) têm-na ferido de morte.

A gestão Municipal de maioria absolutíssima do PSD transformou a Fundação numa estrutura elitista, desligada da comunidade em que devia inserir-se, não contribuindo para o benefício da economia local, nem conseguindo congregar os agentes culturais locais, como devia, em torno do meritório projeto do Espaço Robinson.

As políticas ao arrepio do progresso e do desenvolvimento do interior que os governos do PS e do PSD mais o CDS-PP vêm desenvolvendo nas últimas três décadas e meio têm no incumprimento da Lei da Finanças Locais uma imagem de marca, ditando desertificação, despovoamento, criando um país a duas velocidades, esvaziando de sentido conceitos como solidariedade inter-regional e redistribuição da riqueza nacional. Insatisfeitos, PSD e CDS-PP produziram nos últimos meses mais um conjunto de normas legislativas que prejudicam gravemente a nossa região e o nosso Concelho e todo o interior do país (a redefinição dos limites de endividamento e a chamada lei dos compromissos são o exemplo claro do que as políticas de direita representam de malfeitorias para as populações de concelhos como Portalegre, que teve o infortúnio de ser desgovernado como foi sob a presidência do PSD-Mata Cáceres).

Por isso vivemos uma cena triste: não há dinheiro, mas também não há estratégia para encontrar soluções.

Mas este cenário não justifica o ridículo 0,0014% a que correspondem os 34 mil euros, para apoio às Associações culturais do Concelho, inscritos pela maioria PSD na proposta de Orçamento Municipal para 2013 que o Executivo Municipal chumbou.

São muito graves as pretensões plasmadas na proposta de grandes Opções do Plano para 2013 (igualmente chumbada) e previamente divulgadas pelo recentemente empossado Conselho de Administração da Fundação Robinson, cujo presidente tem assento na maioria PSD do Executivo Municipal. As dificuldades financeiras não podem servir de chapéu para dar passagem à intenção de liquidar as funções e as competências municipais na área da cultura. A definição da política e a intervenção cultural, em Portalegre, faz-se (e deve fazer-se) com quem está no terreno.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Várias são as experiências que desaconselham a atitude demissionista na área cultural (a situação da propriedade do Palácio Amarelo e as Festas da Cidade em 2011 são apenas exemplos elucidativos). Este Concelho tem uma vida cultural e recreativa muito interessante, recheada de pessoas com capacidade e vontade para trabalhar pelo engrandecimento da sua terra, mas cansadas de serem usadas para fins diversos do objetivo central da cultura como instrumento de progresso e de bem-estar social desta comunidade.

É, pois, a experiência vivenciada e os ensinamentos daí retirados que nos aconselham a não “depositar na Fundação Robinson a política cultural do concelho de Portalegre”. Por isso a CDU recusa frontalmente a proposta formulada e divulgada pela maioria PSD.

A CDU entende que a Fundação deve ser um dos agentes da vida cultural de Portalegre mas não pode demitir-se do seu papel de apoiante e congregadora de todos os intervenientes no processo cultural local. E as Associações Culturais têm que ver respeitado e reconhecido o seu desempenho e o seu esforço, consubstanciado em apoio efectivo – logístico e financeiro.”

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse à Presidente da Câmara que o cenário em que ali estava enquadrada era, efetivamente, o ideal, pois encontrava-se sozinha e o papel de vítima era o que a mesma pretendia encarnar até às próximas eleições autárquicas. Acrescentou que aquele era o papel que a Presidente queria desempenhar, contudo não tinha sido o papel que, na prática, tinha desempenhado. Relembrou que a Presidente acusou o Partido Socialista de praticar uma política de terra queimada; mas para quem falava de política de terra queimada nos outros, a mesma tinha-se comportado, à frente daquele Executivo, como uma autêntica pirómana, porque provocava sistematicamente situações de tentar encostar à parede o PS, no sentido de o tentar levar a abster-se e a votar a favor propostas políticas que eram totalmente inaceitáveis e inexecutáveis. Disse haver uma coisa que a Presidente já deveria ter percebido, era que, por mais que a mesma tentasse, não o iria conseguir nunca, pois com as estratégias daquele tipo: a apresentação de documentos à última da hora, as alterações orçamentais de valores de quase um milhão de euros também à última da hora, etc. não iria conseguir que a estratégia surtisse efeito. Relevou que as decisões que o PS tomasse seriam sempre decisões sustentadas e tomadas de forma consciente. Referiu que ainda bem que a Presidente fez uma alusão à Selénis, porque a empresa tinha previsto um reforço da sua capacidade em Portalegre, sendo um caso positivo, mas, no entanto, convinha também exibir o número vergonhoso de falências e de encerramento de estabelecimentos e firmas do Concelho. Mais referiu que, se a Presidente queria apenas vangloriar-se de um investimento e de uma estratégia privada, também teria que assumir o que de péssimo tinha acontecido ao nível dos privados, no Concelho de Portalegre. Relativamente





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aos motivos que levaram o PS a chumbar aquele documento disse que não poderia ter sido de outra forma, porque como é que a Presidente queria que eles tivessem ido na “cantiga” de aprovarem ou absterem-se num orçamento de 23,5 milhões de euros quando, na realidade, todos sabiam que dificilmente conseguirão execução para mais de 18 milhões? Portanto, voltavam à velha história: orçamentos mal construídos, porque a Presidente da Câmara de Portalegre tinha más opções políticas e não os sabia elaborar de acordo com aquelas mesmas opções políticas. Perguntou também como é que poderiam aprovar um orçamento daqueles, quando, uma vez mais, nem tinham ali nada sobre reabilitação urbana, o que consideravam ser um eixo prioritário, como já o PS tinha referido por diversas vezes, para se conseguir criar algum emprego e alguma dinâmica económica. Em resumo, a Presidente abandonou uma vez mais a reabilitação urbana no orçamento e não era com a criação de um prémio qualquer que iria dar alguma dinâmica à reabilitação. Quanto à nova vida da Fundação Robinson, disse que era um renascimento “travestido” numa espécie de entrega em pacote daquilo que eram as competências da gestão da atividade cultural da mesma. Na sua opinião, a Presidente da Câmara, melhor do que ninguém, deveria saber que a Fundação Robinson dificilmente teria qualquer hipótese de assumir um qualquer pacote financeiro. Portanto, ao introduzir questões como aquela nas grandes opções do plano e no orçamento, era mesmo a pedir que o PS chumbasse, sistematicamente, aqueles documentos. Disse ainda que a história do orçamento, pelos vistos, ainda não tinha acabado e a declaração política que o Partido Comunista ali tinha acabado de fazer, parecia-lhe que foi para tentar clarificar aquilo que ficou muito escuro aquando da reunião de Câmara que efetivamente chumbou o orçamento. Acrescentou que aquilo a que se assistiu, nas declarações públicas feitas, foi uma autêntica “pantomina”, porque o Vereador do Partido Comunista, afinal de contas, estava disponível para fazer passar o orçamento, desde que tivessem sido alteradas umas pequenas linhas e umas questões que pareciam quase de semântica, nas opções do plano. Portanto, assim teve de se chumbar o orçamento, mas aquilo ficou ali preso por fios e, passados minutos, até a Presidente dizia que estava disponível para combinarem uma estratégia para se fazerem as alterações necessárias para que o mesmo pudesse ser viabilizado. Mais referiu que, perante a declaração anterior, o Partido Comunista, naquela matéria, carecia de clarificar a mesma, efetivamente. Contudo, não foi com aquela declaração política que se esclareceu porque, pelos vistos, nem o próprio orçamento servia, pois criticaram ali a percentagem ridícula atribuída às Associações Culturais. O Partido Comunista, na sua opinião, fez ali um esforço titânico de se demarcar de um passado recente, em que, em dadas alturas, teve uma colaboração com os Vereadores e o Executivo do PSD, era algo que dificilmente conseguiriam fazer, naquela altura do campeonato. Portanto, ficou ali bem clara a necessidade da CDU em esclarecer o assunto do orçamento, tendo em conta a confusão total, gerada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pelas afirmações do Vereador Hugo Capote, aquando da reunião de Câmara que foi marcada para o mesmo efeito. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse que, uma vez que o Presidente da Mesa tinha permitido que a Presidente da Câmara apresentasse algum relatório de atividades que estaria agendado para o ponto 3, ainda antes da ordem do dia, tinha condicionado as intervenções das bancadas e também o próprio conteúdo da intervenção da Presidente. Pegando na intervenção do Miguel Monteiro, disse que a intervenção política apresentada pela CDU, era muito objetiva e plena de conteúdo e não se prestava a equívocos. Se necessário, referiu que voltariam a lê-la. A mesma assentava, precisamente, no orgulho que a CDU tinha na sua história política, nomeadamente na intervenção política qualificada, no seio de sucessivos executivos municipais do pós 25 de Abril. E, portanto, seria ali que estava centrada a intervenção política que ali tinha sido lida. Acrescentou que o PCP, como se sabia, era o principal partido da Coligação Democrática Unitária, embora o tivessem ali confundido algumas vezes, se orgulhava da sua história de 92 anos de resistência ao fascismo, de construção do Portugal democrático e de intervenção no seio da vida democrática no país, das localidades e dos Municípios. Era, pois, um património que mais nenhuma força política no país se poderia orgulhar e comparar. Quanto às questões do orçamento e das grandes opções do plano, disse que não estavam naquela ordem do dia pela simples razão de que eram dois documentos previsionais, que não tinham sido aprovados pela Câmara Municipal, apesar de, no relatório apresentado pela Presidente, terem feito referência à sua não aprovação e de ter explicitado aquela questão na sua intervenção. Embora os documentos não estivessem na ordem do dia, relembrou aos presentes de que a posição da CDU era bastante clara: viabilizavam os ditos cujos quando concordavam com os seus conteúdos, ou quando entendia que, conjuntamente, a viabilização daqueles documentos era importante para a estabilização da gestão autárquica do Município; por outro lado, não os viabilizaram quando entenderam que o conteúdo continha medidas gravosas e incompatíveis com a identidade da CDU. Foi, portanto, o que tinha acontecido na última reunião da Câmara Municipal, em que aqueles dois documentos tinham sido submetidos à votação, num único ponto da ordem de trabalho, quando eram dois documentos autónomos e distintos um do outro e, como tal, poderiam ter tido votações diferentes. Posto aquilo, o Vereador da CDU explicitou a sua votação e, obviamente que, existindo discordâncias sobre conteúdos políticos do documento das grandes opções do plano, que impediriam a viabilização do mesmo, a CDU não teria problemas em viabilizar um orçamento como aquele que foi apresentado, o qual era um orçamento de contenção, fortemente condicionado pelas imposições que o governo tem vindo a desenvolver para as questões de gestão orçamental das autarquias. Disse ainda que, na intervenção inicial da Presidente da Câmara, a mesma tinha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

entendido por bem levar novamente à colação a questão do PAEL, o qual foi reprovado pela Câmara Municipal e também reprovado pela Assembleia Municipal. Contudo, voltou a concretizar dois aspectos no mesmo: o aspeto da dívida à Valnor e da dívida às Águas do Norte Alentejano e ainda bem que o fez porque foram precisamente aqueles aspectos que levaram à reprovação do PAEL. Referiu que o que aconteceria no PAEL era: o estado emprestava dinheiro à Câmara Municipal de Portalegre, para que a mesma pagasse as dívidas às empresas do próprio estado, ficando a pagar juros, o que seria gravoso para a gestão financeira da Câmara. Disse, inclusive, que era importante deixar claro que o facto de não ter sido aprovado nem o orçamento, nem as grandes opções do plano na Câmara Municipal, não impediria uma única ação benéfica para o Concelho, nomeadamente as que ali tinham sido referidas como concretizadas pela Presidente da Câmara. Tanto na câmara Municipal, como naquela Assembleia, a CDU estava disponível para viabilizar os investimentos em torno da escola da Praceta e da sua requalificação e não seria a falta dos ditos documentos previsionais que os poderia impedir de assim procederem. -----

Solicitando o uso da palavra, João de Jesus disse que tiveram ali uma intervenção anterior de um acto de uma suposta sabedoria orçamental, por parte do PS, acusando a Câmara de levar a cabo uma estratégia pirómana e destruidora dos valores do Concelho e que conduziria o mesmo para um ritmo acelerado, quer em termos económicos, quer sociais. Além daquilo, a Câmara foi também ali acusada de ter apresentado um orçamento mal pensado e mal construído, com propostas políticas inexequíveis, o qual, supostamente, nem seria executado em mais do que 70% do valor que tinha subjacente (23 milhões). Verdade fosse dita, o orçamento era um orçamento de rigor, frugal, mas a intervenção do PS fê-lo pensar nos orçamentos mal construídos, de há uns anos atrás, no valor de 14 ou 15 milhões de euros, com taxas de execução que muito raramente ultrapassavam os 30%. Portanto, perante aquele possível orçamento apresentado, o mesmo não sofreu, da parte do Partido Socialista, qualquer proposta no sentido de ser alterado ou beneficiado e também não se conheciam, nas intervenções que foram feitas, propostas objetivas, tendentes a que o mesmo fosse beneficiado, em ordem a poder ser aprovado e a ser um instrumento de planeamento e de condução política do Concelho, em linha com aquilo que era, naturalmente, expectável. -----

Solicitando o uso da palavra, Adriano Capote disse que para quem lesse a declaração política da CDU, o que se dizia no primeiro parágrafo era que a CDU era eleita e trabalhava para o Concelho, além de que achava por bem que houvesse pluripartidarismo nas Câmaras. Referiu que a CDU não defendia maiorias absolutas de ninguém e de nenhum partido, pois reconhecia os benefícios da participação de toda a gente e as maiorias absolutas, no





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Concelho, tinham demonstrado precisamente que assim o era. A CDU, ao dizer que trabalhava para o Concelho, significava dizer que votava, mesmo que os adversários políticos eleitoralmente não o quisessem, naquilo que entendia ser o melhor para o Concelho. Mais disse que a CDU teria votado ou ter-se-ia absterido e deixado passado o orçamento se os serviços da Câmara não interpretassem mal ou não dissessem que era impossível votar os dois documentos em separado. Acrescentou que a CDU não concordava com a declaração política da Câmara em seguir as pisadas do governo PSD/CDS: privatizarem tudo. Se retirarem aos órgãos eleitos a capacidade para decidirem sobre o seu Concelho, teriam o exemplo da intenção de passarem para a Fundação Robinson a competência do Vereador da Cultura e a CDU não vota, nem queria a afirmação das grandes opções naquele sentido. Referiu que a CDU, acerca do instrumento de gestão que até podia passar e depois ser adequado a um novo plano, não teria dito 18 milhões, se quisesse ir contra o orçamento, mas sim 16 milhões. Criticou a declaração da Câmara Municipal de Portalegre em quererem continuar a recorrer ao crédito, até porque a CDU enquanto entendeu que o crédito podia ser favorável votou favoravelmente os empréstimos. No entanto, há cerca de quatro anos, a CDU disse ali que não pactuava com o “novo-riquismo” da Câmara e chumbou os empréstimos que se seguiram. Contudo, era aquela CDU que trabalha para a Cidade que há muitos anos, na era Simplício, condenou a política de instalações de empresas em Portalegre porque pactuavam com os salários baixos e de pouca mão-de-obra, que eram os têxteis e impediu que se instalasse mais alguma coisa má, na indústria. Era pois aquela mesma CDU que era capaz de pactuar com Câmaras, maioritárias ou não, que queiram trabalhar para Portalegre. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís testa disse que naquela sessão tinham chegado ao fim do filme, um filme longo, pesado e uma verdadeira tortura. Ali chegados, puderam perceber que a CDU tinha concordado com todo o argumento do filme, com a encenação, fizeram-se inclusivamente de figurantes, mas só agora é que não tinham concordado com o final da história. A CDU, nas palavras dos membros eleitos na Assembleia Municipal, disse o seguinte: “ Quando o PS está contra as políticas da Câmara, faz guerrilha política.”; ainda que sejam os mesmos princípios com que a CDU esteve contra as políticas da Câmara mas, como era do PS, era guerrilha política. Aquilo era falta de honestidade intelectual e de sentido de presença na democracia. Questionou quais tinham sido as faltas de propostas do PS, relativamente ao orçamento? O PS, ao longo dos anos, sempre apresentou propostas e as bases com as quais estariam dispostos a viabilizar todos os orçamentos, designadamente no apoio às Associações, no apoio às Juntas de Freguesia e na reabilitação urbana. Contudo, o que não podia ser pedido aos Vereadores do Partido Socialista que não tinham pelouro e não estavam ali a 100% era que fizessem não só propostas ao orçamento que era mau, mas ao próprio



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

orçamento, porque a base orçamental era sempre da competência da Presidente da Câmara e dos Vereadores a tempo inteiro. Disse também que, quanto ao PAEL, até parecia que não era o PSD que não teve a responsabilidade de, durante os últimos doze anos, ter a gestão autárquica e que só agora depois de tantos e tantos avisos do PS é que se lembraram que seria bom a Câmara recorrer a um instrumento gravíssimo de endividamento para suportar o pagamento das despesas do Estado. Naquele contexto, a Presidente da Câmara estava a fazer o papel da Berta Cabral, ou melhor, não estava a favor daquele governo nem de quem lhe antecedeu, mas obviamente que já todos perceberam que a Presidente não tinha na sua estrutura de apoio toda a gente que defendesse, honestamente, os anteriores Executivos do PSD. Disse inclusive que o facto da Câmara concessionar políticas e serviço público a quem quer que fosse, nomeadamente uma Fundação, que nem tinha escrutínio como deveria ter, por parte daquela Assembleia Municipal, não era bom. Alertou para o facto de que no dia 24 dezembro, dia em que a Presidente da Câmara anunciou a constituição do Espaço Robinson como qualquer coisa pública, entrou na secretaria do tribunal constitucional de Portalegre dois processos judiciais que tinham como executante o banco Barclays e como executados o ICTVR e a Fundação Robinson. Obviamente que ninguém estaria em condições de explicar fosse o que fosse sobre tal, porque nunca estiveram nem nunca hão-de estar. Acrescentou que quem fosse ao site do “sítios” ver os processos que entraram no Tribunal Judicial de Portalegre, poderiam verificar que aqueles dois processos correspondiam a uma dívida de 970.000 euros e outra de 317.000. Disse ainda à Presidente da Câmara que só colocar-se ao lado das empresas que investiam e criavam condições de trabalho, como se fosse o exemplo de apoio para as mesmas não bastava. Aquelas empresas investiam porque arriscavam. Assim como o facto de a Presidente dizer que a Câmara era parceira do investidor da Herdade da Abrunheira apenas porque licenciava e porque cumpria os seus objetivos. Relembrou que a Câmara não cumpria mais do que as suas funções. O que a Câmara deveria ali responder era como é que se tinham executado, sem falar com os empresários de Portalegre, garantias bancárias sem “dar cá aquela palha”?; porque existiam vários empresários em circunstâncias difíceis que, com a situação económica em que vive o País, se viram executados, sem uma única palavra justificativa e transparente do órgão Câmara Municipal. Por fim, requereu ao presidente da Assembleia Municipal que fosse distribuído, em tempo útil, aos grupos municipais uma listagem detalhada de todos os lotes da zona industrial que estavam em condições de serem revertidos a favor do Município e dos que estavam em processo de reversão por acordo com os atuais proprietários e também dos que estavam em ação judicial para uma reversão litigiosa, pois era necessário que todos aqueles factos fossem esclarecidos perante a Assembleia Municipal. Na sua opinião, não era nada razoável que antes de se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aplicar o que tinha de ser aplicado, se executassem garantias bancárias, colocando em perigo a sobrevivência de determinadas empresas do Concelho.

O membro Luís Pargana solicitou a palavra para defesa da honra e disse que, na intervenção do membro Luís Testa, embalado num espírito de campanha eleitoral e agravado pela abstinência de 12 anos de poder, na câmara de Portalegre, elegeu a CDU como principal adversário político e disparou em todas as direcções, numa lógica de orgulhosamente sós. Perguntou se o PS estaria assustado com a CDU? Acrescentou que a CDU não estava assustada com o PS. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que havia ali um mal-entendido que era preciso esclarecer. A posição do membro João de Jesus não era clara, pois o mesmo também tinha estado presente nas sessões da Assembleia em que foram aprovados orçamentos megalómanos de 40 milhões de euros e nunca teve quaisquer problemas quanto a tal, pois concordou com todos, trazendo o Concelho de Portalegre para o momento histórico negativo que agora atravessava. Com tal atitude do PSD e em certos momentos da CDU, o Concelho de Portalegre, atualmente, já não era respeitado pelos seus credores e perdera a verticalidade que sempre teve. Portanto, quem governou a Câmara nos últimos 12 anos foi, nem mais nem menos, o responsável pelo atual descalabro e nem valia a pena fugir. Relativamente ao PAEL, perguntou à presidente da Câmara com que argumentos é que a mesma tocava naquele assunto, quando a proposta que tinha feito e que devia ter ido acompanhada do respetivo parecer do revisor de contas, o qual só apareceu tardiamente, mas que avisava que o PAEL não lhes servia de absolutamente nada e que aquilo que a Câmara deveria pedir, em condições sustentadas, eram seis milhões de euros e não o ridículo plano que a Presidente apresentou à pressa e a más horas no Executivo Municipal, tendo sido chumbado, como seria de esperar. -----

No uso da palavra, João de Jesus, em resposta às palavras de Miguel Monteiro disse que o fez e, seguramente, voltaria a fazê-lo, pela simples razão de que nem ele, nem os portalegrenses reconheceram ao Partido Socialista vocação estratégica para fazer melhor.-----

No uso da palavra, António Baptista disse que, como todos sabiam, o CDS estava alheado da Assembleia Municipal há mais de 16 anos. Estava também alheado de ser membro do executivo camarário, por vontade em listas individuais, desde as primeiras eleições autárquicas e por listas de coligação desde os anos 80. No entanto, quando assumiu a responsabilidade de representar o CDS/PP nos órgãos autárquicos, o que já não acontecia há cerca de 20 anos, assumiu a mesma com o sentido máximo da consciência do que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

era ser autárquico, bem como do que era defender, acima de tudo, os interesses da Cidade. Por tal facto, aprovou os orçamentos anteriores, apesar de discordar deles em grande parte, pois achava que era preferível ter um orçamento do que não o ter. Contudo, não podia deixar de dizer que um orçamento do CDS não seria como aqueles que foram aprovados. Perguntou à Presidente de Câmara, aos Vereadores com e sem pelouros executivos, lamentando que não estivesse ali presente o Vereador Hugo Capote, se pensavam que foi para aquilo que a população de Portalegre os elegeu? Se não pensavam que seria melhor terem chegado a um consenso e a um orçamento? No seu ponto de vista, todos tinham responsabilidade, uns com mais outros com menos. A população de Portalegre, na sua grande parte, estava entristecida pelo facto do executivo municipal não ter sido capaz de chegar a um orçamento. Não o assustava que tivessem de viver com duodécimos no próximo ano e, porventura, até poderia trazer um maior controlo em algumas despesas que viessem a ser feitas, já que daquela forma não poderão ser. Acima de tudo, disse que a população merecia maior respeito e um maior sentido de consciência e tinha absoluta certeza de que não foi assim que os portalegrenses quiseram em 2009, bem como também tinha a certeza de que se o CDS tivesse sido eleito para o executivo, provavelmente, ter-se-ia um orçamento. Acrescentou que a população já percebeu que era preciso, nas próximas eleições, dar um novo ciclo e apostar em novas realidades. Lamentou não ter podido dar o contributo que achava poder ter sido útil para um novo orçamento e afirmou que o trabalho de campo que o CDS já estava a fazer para nas próximas eleições se apresentar como uma alternativa credível e responsável seria valorizado pela população, pois o CDS também saberia transmitir o que mereciam. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que perante tantos pedidos de defesa da honra, o que lhe aprazia comentar era: enganados e errados durante 12 anos, mas honradinhos. Porque depois de todos terem assistido ao final do filme, tanto o PSD como a CDU e depois de terem andado a suportar aquele final de muitos milhões de dívida, chegaram ao limite de dizerem que saíram errados mas honrados. Mais disse que, chegados ali, obtiveram a triste conclusão, nomeadamente através das propostas quase patéticas do atual Governo, do PSD local ter andado a discutir quem será o próximo gestor municipal do Município de Portalegre, nomeado pelo Governo, para supostamente ajudar a controlar a dívida disparatada, mas abstendo-se de discutir quem era o candidato. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que, de facto, o que tinham, em termos de parecer jurídico, era de que os documentos do orçamento, das grandes opções do plano e mapa de pessoal não poderiam ser votados em separado. A indicação que tinha das Câmaras mais próximas, excepto a do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Crato, era de que aqueles documentos tinham de ser votados e conjunto. Por outro lado, deixavam-lhe pena as afirmações que foram feitas quanto ao PAEL, porque noutras Câmaras PS tinha acontecido a mesma coisa, referindo-se a Viana do Castelo que, atualmente, já tinha renegociado a sua dívida. Disse estar, obviamente, de acordo com o ROC, quando disse que um milhão e quatrocentos mil seria pouco para Portalegre, tendo em conta a dívida de curto prazo. Contudo, se lá estivessem, depressa estariam a renegociar e alcançariam os seis milhões e quatrocentos mil, tal como acontecera com outras Câmaras similares. Disse, pois, lamentar tal facto e já tinha sido avisada pela DGAL relativamente àquilo e elucidou, na altura, os elementos dentro da Câmara. Quanto às empresas atrás referidas, em que foi dito que foram accionadas as garantias bancárias, perguntou quais tinham sido? Em relação ao orçamento, referiu que o PS não tinha feito qualquer recomendação; a única coisa que fizeram foi dizer que deveria haver um reforço na parte da reabilitação urbana, ao que lhes perguntou qual seria a rubrica de onde tiravam para por naquela? A resposta foi de que tal procedimento pertencia ao executivo camarário permanente. Portanto, o difícil não era dizer onde é que se queria mais dinheiro, mas sim de onde se tirava. Na sua opinião, o PS não fazia críticas construtivas naquele sentido e o PAEL, que os próprios tinham apelidado de ridículo, permitia à Autarquia estar mais desafogada. -----

Solicitando o uso da palavra à Mesa, o Vereador José Pinto Leite, quanto à observação de membro do CDS/PP, disse que não tinham existido grandes condições para negociar o orçamento e que nunca lhes tinha sido dada a oportunidade para tal; apenas lhes foi enviado um e-mail, numa sexta-feira, a convocar para uma reunião extraordinária na segunda-feira a seguir. As condições já mencionadas à partida, as quais sempre afirmaram nos últimos dois anos, era de que teriam de existir condições mínimas para aprovarem as questões orçamentais. Contudo, não houve sequer um esforço, simbólico que fosse, para disponibilizar cinco ou dez mil euros para qualquer coisa e, pelo contrário foram vertidas todas as políticas consideradas impossíveis. Acrescentou que a verdade não se podia omitir aos portalegrenses e que para se conseguir fazer aquele orçamento de 23 milhões de euros, a receita tinha 3 milhões de alienação de património; o orçamento do ano passado tinha 900 mil e este ano passou para 3 milhões, dos quais cerca de um milhão era de terrenos que estavam para vender há vários anos, sem que o conseguissem. Pior do que aquilo era o facto de quer um milhão e quatrocentos mil euros era da Fábrica da Robcork, cujo pagamento estava contratualizado para começar entre 2015 e 2019 e que só naquela altura é que a Fábrica pagaria à Câmara Municipal. Mais disse que, na prática, se sabia à partida que a dificuldade não seria ter um orçamento chumbado, pois não haveria problema nenhum visto que o orçamento que estava em vigor, de 2012, daria para gerir o ano de 2013 e uma vez que a única rubrica nova era um prémio de 7.500 euros para um





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

concurso, todas as outras rubricas estavam abertas. Em conclusão não haveria nenhum problema técnico em não terem orçamento e também não deixariam a Câmara à deriva. A principal dificuldade era apresentar orçamento e, portanto, o mesmo foi feito com a receita de que só entrará em 2015 e 2019, o que os levou a não poderem aprová-lo. -----

A Presidente da Câmara informou que tinha ficado deliberado, por unanimidade, em reunião do executivo, que todas as segundas-feiras em que não houvesse reuniões, iriam ser realizadas reuniões de orçamento. Constava da ata e a verdade devia ser dita na íntegra. Relativamente ao orçamento, perguntou como é que se equilibrava um orçamento sem alienar património? A dívida estava inscrita e as receitas diminuem e, portanto, não havia outra hipótese. Mais disse que não era a primeira vez que o PS não queria viabilizar. Qual seria o problema se houvesse antecipação do pagamento da Robcork? Não estariam a viabilizar uma empresa, caso fosse necessário? -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que ao ter visto ali a Presidente da Câmara a dirigir-se aos Vereadores da oposição, dizendo que ficou deliberado que quando não houvesse reunião de câmara, haveria reunião de preparação do orçamento, assistiram ali a um perfeito desconsolo político, de todos os pontos de vista. Aquilo em que a Presidente queria transformar a Câmara de Portalegre era num clube amigos, que se juntariam ao final da tarde para tomar um chá e fazer um orçamento. Referiu que o que estava a acontecer a Portalegre era que cada vez aquela terra estava mais empobrecida, mais envelhecida, mais suja, mais gasta e sobretudo mais farta. Chamou a atenção à Presidente da mesma ser o verdadeiro desconsolo de todos os aspectos atrás mencionados, bem como de já não lhe faltar coragem para ali admitir que para equilibrar o orçamento inventava receita à custa de alienação de património, mesmo sabendo perfeitamente que aquele era impossível de alienar. Daquele modo, voltavam ao esquema do membro António Biscainho e da venda das 900 casas dos Assentos, o qual todos os anos vendia 900 casas no Bairro dos Assentos. Mais disse que, numa terra onde tudo se sabia, era atualmente procurado por empresários de Portalegre, relativamente à execução de garantias bancárias e, como seria de calcular, não podia deixar de ali perguntar: A Presidente da Câmara é que tinha a obrigação e a responsabilidade de responder àquela Assembleia Municipal e não era um membro da Assembleia que tinha de responder, pois não? Foram ou não executadas garantias bancárias e a quem foram? Deixou aquele mesmo requerimento feito à Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa informou que tinham acabado o tempo de debate antes do período da ordem do dia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando uma última intervenção, Carlos Alberto Vintém disse que iria apresentar a suspensão do seu mandato como membro daquela Assembleia Municipal. Desejou que o ano de 2013 fosse o melhor possível para todos e, principalmente para Portalegre, a qual continuaria a seguir à distância, embora cada vez o deixasse mais triste, de há alguns anos para cá. Agradeceu os trinta e tal anos em que pertenceu àquela Assembleia Municipal e desejou que os membros da mesma fossem sempre interventivos em favor daquilo que era o interesse de Portalegre e que acreditassem que o conflito era uma maneira de chegar às melhores opções; não que se tratasse de conflitos pessoais, mas sim de ideias, políticas e pontos de vista, pois que, no meio das diferenças, surgiam sempre grandes verdades. Por último, desejou que surgissem grandes verdades para o Concelho de Portalegre, num futuro próximo.-----

O Presidente da Mesa agradeceu as palavras ao membro Carlos Vintém e informou de que se iria passar aos pontos 1 e 2 da ordem do dia, os quais seriam discutidos em conjunto, mas com votação em separado, uma vez que os dois estavam interligados.-----

### **ORDEM DO DIA:**

#### **1 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimento dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação de 2012.12.10 –

Presente ofício dos SMAT, de 05 de dezembro de 2012, a remeter documentos previsionais – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os referidos documentos e remetê-los à Assembleia Municipal.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, com 30 presenças, aprovar os documentos em análise.-----

#### **2 – Mapa de Pessoal e Reorganização dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação de 2012.12.17 –

Presente ofício dos SMAT, de 13 de dezembro de 2012, a remeter o Mapa de Pessoal e Reorganização dos Serviços. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos atrás mencionados e remeter à Assembleia.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal e Reorganização dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes. -----

### **3 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;**

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à atividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse querer colocar duas questões à Presidente da Câmara, formalizadas através da entrega por escrito, as quais passou a ler: -----

“É já longo o tempo que separa a decisão do Governo de extinguir várias fundações existentes no país, entre elas a Fundação Robinson. É longo também o compasso de espera pela resposta da tutela à exposição feita pela Câmara Municipal de Portalegre sobre os motivos e o interesse em manter em funcionamento a mesma Fundação Robinson. Por isso, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre esclarecimento sobre o ponto da situação, no que se refere ao futuro da Fundação Robinson, nomeadamente: -----

-Qual a resposta dada pelo governo à exposição feita pela Câmara Municipal de Portalegre, no primeiro terço do ano corrente?-----

- Qual a perspectiva da Câmara Municipal de Portalegre quanto ao futuro da Fundação Robinson? -----

“Correm rumores e notícias nos órgãos de comunicação social de que a Escola da GNR vai ser instalada em Santarém. Assim o afirmou o ex-Presidente da Câmara Municipal daquele Concelho – Francisco Moita Flores -, tendo dito que as negociações com o Ministério da Administração interna e com o Comando Geral da GNR estão “avançadas, com os acordos de princípios todos firmados”. Todos sabemos a importância que tem a manutenção desta estrutura na cidade de Portalegre. Por isso assume ainda maior relevância a necessidade de esclarecer as dúvidas que subsistem e que se acentuam com a divulgação das notícias referidas. A medalha de ouro da Cidade já António Costa levou para o Governo PS mas os Portalegrenses continuam à espera da escola. Será que vem? -----

Assim os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre solicitam esclarecimento cabal sobre esta matéria, nomeadamente: -----

- Há, ou não, negociações com as entidades envolvidas? -----

- Há, ou não, acordos firmados, por quem e com quem?-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- O que é que de facto existe sobre este assunto?" -----  
Terminou, dizendo que o seu grupo partidário não se opunha a que a Presidente da Câmara respondesse ali às questões.-----

Pedindo o uso da palavra, António Baptista interpolou dizendo que, quanto ao requerimento, tinha sido referida uma inverdade, quando foi dito que o Governo se preparava para extinguir a Fundação Robinson. Se reparassem na resolução do Conselho de Ministros, o Governo apenas recomendava, pois sabia que não tinha legitimidade ou autoridade para tal. Portanto, devia ficar ali bem claro quer o Governo não pretendia acabar com a Fundação Robinson. ---

A Presidente da Câmara disse que iria responder por escrito às questões colocadas pela CDU. Contudo, poderia adiantar ali algumas informações. Relativamente aos pedidos que tinham sido enviados, até à data, não tinham nada por escrito. Disse que teve alguns contactos com o Dr. Rêgo, que era quem estava a assessorar o Ministro dos Assuntos da Presidência do conselho de Ministros e, atualmente, o que se estava a fazer era a adaptação dos estatutos da Fundação, tal como a lei-quadro obrigava. Estavam a analisar a situação da Fundação Robinson porque, de facto, era sui-géneris, relativamente às outras fundações, ao ter ali um parceiro que estava em insolvência. Assim como a questão dos dinheiros comunitários envolvidos e, portanto, ainda não tinham conseguido dar uma resposta concreta. Quanto à perspectiva da Câmara naquela fundação, disse que seria de manter os objetivos para os quais a mesma foi criada. Relativamente à Escola da GNR, informou que, de facto, aquela notícia tinha vindo a lume e que a própria tinha sido surpreendida pelos órgãos de comunicação para comentar sobre o assunto. Evidentemente que não iria comentar as declarações do Presidente da Câmara de Santarém e apenas referiu que aquilo iria contra tudo o que tinha dito o Secretário de Estado e pelo próprio Ministro, quando cá tinha vindo no compromisso de honra da GNR. Acrescentou que existiam, de facto, negociações com aquelas entidades, mas relativamente às unidades orgânicas da GNR, como por exemplo a Brigada de Trânsito, as quais estava previsto irem para Santarém e não relativamente à Escola de formação da GNR, pois eram coisas completamente diferentes. Disse inclusive, que a GNR tinha dois tipos de formação: de praças e formação de oficiais superiores, que era diferente daquela que cá tínhamos. Perante tal facto, disse ter tido uma reunião com o Secretário de Estado, na qual aflorou o assunto e o que lhe foi dito foi que não estava em causa a Escola da GNR em Portalegre e, aliás, a mesma nunca de cá saiu. Soube pois que, mais tarde, houve um desmentido pelo ex-Presidente da Câmara de Santarém, numa entrevista que deu na televisão, em que o próprio se tinha retratado e pediu desculpa pela forma como se tinha referido à Escola da GNR, porque, efetivamente, se queria referir às unidades orgânicas da GNR e não à Escola de Formação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra António Baptista disse que já há algum tempo que a Fundação Robinson não tinha Conselho de Administração devido à renúncia de alguns dos membros. Tendo passado a haver um novo Conselho de Administração, disse que gostaria de ouvir um esclarecimento sobre quais tinham sido os critérios utilizados para a escolha do mesmo. -----

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo perguntou ao executivo o porquê da não apresentação do relatório, naquele ponto. O que a Presidente da Câmara ali lhes apresentou, levava-lhes a crer que Portalegre não tinha timoneiro e andava completamente à deriva. Estavam, pois, perante um executivo sem rumo, sem estratégia e o pior de tudo era que ainda faltava cerca de um ano daquele modelo de gestão autárquica. Acrescentou o facto de que todos os projetos bandeira que conheciam do PSD, desde o restaurante do Castelo, a Fundação Robinson, o ICTVR, a Quinta da Saúde, etc. etc. estavam no estado em que todos sabiam e o que era mais gritante era a Central de Camionagem, a qual teve um projeto inicialmente orçamentado em 900.000 euros, mas que teve um custo total de um 1.500.000 euros. A verdade pura e dura era que, atualmente ainda estava encerrado e deparavam-se com um parque de estacionamento que estava com uma utilização que não tinha sido inicialmente prevista. Portanto, no relatório da Presidente da Câmara elencavam-se um conjunto de reuniões e cocktails mas continuava sem dar conta do que ia tratar, e eram todas tratadas ao mesmo nível. Contudo, dentro das mesmas, constava uma reunião de administradores, com a Rodoviária do Alentejo e, sobre o que perguntou a que título é que as camionetas da Rodoviárias do Alentejo estavam a estacionar na Central e o que é que havia de novo, de modo a que a central pudesse cumprir efectivamente o seu papel e o investimento que ali tinha sido feito?-----

Em resposta, a Presidente da Câmara, quanto aos critérios que presidiram à escolha, referiu que tanto o PS como a CDU acabaram por não indicar ninguém para o Conselho de Administração da Fundação Robinson. Naquele sentido e tendo em conta tudo o que estava a acontecer à volta da Fundação, disse ter achado por bem nomear o Vereador Nuno Santana, por considerar que sempre foi uma das pessoas indicadas para tal e, na sua opinião, aquela ligação entre a Câmara e a Fundação tinha de existir sempre. Acrescentou que o seu desafio era que lá estivesse um Vereador de cada força política, tal como já tinha sugerido inicialmente. Contudo e tendo em conta que do lado do PS e da CDU não tinha adivido qualquer indicação, achou por bem que deviam lá estar pessoas ligadas a um dos objetivos atuais da Fundação que era a execuções de obra e gostaria bastante que o espaço das Associações fosse para a frente e, para tal, nada melhor do que pessoas da área da cultura, com a orientação da Câmara. Mais referiu que tem estado sempre presente em





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

todas as reuniões, mesmo com as associações culturais, excepto uma em que não pôde, porque, infelizmente, não tinha o dom da ubiquidade. Em resumo, foram aqueles os critérios, com pessoas dinâmicas e ligadas à área e que de facto tinham ligação à Câmara e uma visão empresarial para fazer também a ligação com o exterior. Relativamente à questão da Central de Camionagem, disse que, de facto, os autocarros estacionam dentro do parque da mesma e lembrou que nunca escondeu o desagrado de ver os autocarros parados à entrada da Cidade, pois era degradante. O que lhe foi dito foi que não existiam grandes possibilidades de estacionar num outro local e assim foi também uma forma de verificar se aquele espaço se adequava, uma vez que várias pessoas diziam que iriam ter dificuldades de manobras, o que não se veio a verificar. Quanto ao restante procedimento, estava praticamente concluído e iria a reunião de Câmara, se possível, no dia 07 de janeiro e se houver aval teriam, brevemente, a Central de Camionagem a funcionar em pleno. -----

Usando da palavra, Luís Testa disse que quanto mais a Presidente da Câmara falava, mais ele se espantava com o que era dito porque, de facto, era sofrível ver o ar enfadonho com que dizia as coisas e a falta de entusiasmo era notória, além de uma falta de visão e de estratégia. Observou também ali um silêncio constrangedor por parte da bancada do PSD e o fardo de aguentar tudo aquilo por mais um ano. Disse à presidente que as explicações que a mesma dava para nomear o Conselho de Administração da Fundação Robinson, conforme nomeou, eram absolutamente incríveis. A Presidente poderia bem ter dito que: eram pessoas da sua confiança política; eram pessoas da sua confiança pessoal; ou que eram pessoas da sua confiança profissional. Contudo, a Presidente quis justificar o injustificável ao dizer que nomeou o Vereador porque sempre tinha entendido que o Município deveria conduzir aos destinos da Fundação Robinson, nomeadamente, estando a presidir um Vereador, era estar a descredibilizar completamente o anterior Presidente daquela Fundação, porque, a ser Vereador, o senhor José Manuel Barradas foi Vereador nos anos 80 ou 90 e, tanto quanto se lhe afigurava, os mandatos não são eternos e tanto não o eram, que a Presidente, dali por mais ou menos um ano, iria aperceber-se de tal. Perguntou pelo facto de a Presidente ter nomeado um arquiteto por estarem numa fase de obra e porque era preciso ter pessoas da área? Na sua opinião, a Presidente para falar na visão empresarial que tanto defendia, estava, mais uma vez, a distanciar-se do core business da Fundação Robinson e relegava para segundo plano aquilo que era a componente cultural e a atividade de dimensão patrimonial do espaço, dando como justificação que, de facto, a Fundação era apenas dona de obra, porque Vereadora da Cultura era sim a Presidente da Câmara Municipal de Portalegre. Relativamente à Rodoviária, a Presidente só tinha que esclarecer uma coisa: qual é que era a base contratual para que um privado utilizasse umas instalações públicas? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que ela apenas tinha indicado as pessoas para a Fundação Robinson e que quem nomeava era a Câmara. Lembrou que o PSD até estava em minoria.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, uma vez que a Presidente da Câmara não tinha respondido à questão que colocou, o assunto seria objecto de participação à IGAL.-----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, ainda em relação ao relatório de atividades, tinham ali dados novos e aquela inventividade demonstrada, se realmente fosse colocada ao serviço de uma estratégia ambiciosa para o Concelho, levaria a alguma coisa. Admitia, pois, haver ali um certo grau de inventividade que era positivo, pois já tinha ouvido falar de várias experiências, em início de uma atividade laboral ou profissional, mas nunca tinha ouvido falar de camionetas irem à experiência para uma central de camionagem? Estava ainda à espera da resposta por parte da Presidente, naquela matéria. Sugeriu à Presidente que, enquanto esperava e desesperava pelas respostas e contra-respostas do Governo quanto à Fundação Robinson e tudo o mais, deveria solicitar-lhes também que fizessem chegar os famosos relatórios que continuavam a aguardar, porque numa Fundação que teve durante algum tempo uma lacuna no Conselho de Administração, mais se justificava que os relatórios viessem pormenorizados para que, em nome da verdade, se soubesse do que é que estavam a falar, ao discutir a Fundação Robinson. -----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Arriaga disse que o que tinha acontecido durante aquela Assembleia Municipal e com a não aprovação daquele orçamento do Município ia justificar tudo o que a Presidente já tinha dito, pois a tal política da terra queimada de que o PS falou, estavam ali a concretizá-la, na sua verdadeira excelência. Era exatamente aquilo que o PSD não queria, nem precisava. Em resumo, quando o PSD falou da Fundação Robinson, o PS tinha possibilidade de ter lugar mas abstinha-se de estar presente; queriam apresentar propostas para as grandes opções do plano e para o orçamento, o PSD tinha oportunidade mas não apresentava uma única proposta. Portanto, quando chegava a altura da verdade, o PSD não tinha propostas concretas. Obviamente que todos ali presentes queriam ter um orçamento muito melhor, até ali, todos estavam de acordo, contudo, deveriam deixar-se daquele tipo de retórica, que por vezes roçava até a falta de bom-senso e de alguma delicadeza para com as pessoas que os estavam a ouvir. Por último disse que o que se pretendia eram propostas exequíveis de que todos fizessem parte e não atirarem-se números ao ar ou absterem-se de participar nos órgãos corretos, porque dava jeito apenas dizer mal, pois aquele seria o caminho mais fácil e não o que se pretende tomar.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa disse que tinham acabado de ouvir “Arriaga – O Sensato” e que o PSD não tinha honestidade intelectual, pois aquilo que foi dito pelo membro Miguel Arriaga tinha sido a mera conjugação de frases atrás de frases para não dizer absolutamente nada. Questionou o facto de se apresentar o plano base de um orçamento quinze dias antes, marcando segundas-feiras de chá, para discutir propostas que não existiam? Assim como apresentarem um plano de base de orçamento que tem mais de 3 milhões de receitas do que era suposto ter, só porque tinha de estar equilibrado? Terem apresentado um orçamento e esperarem respostas positivas, quando nem havia um bocadinho de abertura para aceitarem as propostas do PS? Perante tudo aquilo disse à Presidente e aos membros da bancada do PSD que assistiram ali por vezes à batalha política que era saudável mas, por outro lado, assistiram ali também às piruetas e cambalhotas que o PSD fazia de forma confrangedora, para justificar o injustificável. -----

O Presidente da Mesa disse que estavam numa casa que era, por definição, era uma casa de democracia; a democracia implicava a liberdade e, por consequência, a liberdade de expressão. Contudo, sentia-se ali desconsolado com alguns argumentos que foram esbatidos naquela sessão. Em nome da luta partidária, disse que não se revia na má criação e na falta de bom-senso e no despudor que muitas vezes ali se utilizava. Estavam, no seu entender, a dar um mau exemplo e uma péssima imagem aos Portalegrenses. Em conclusão, afirmou, em nome próprio e como Presidente da Mesa que não permitiria que se continuasse ali a gritar, pensando que só gritando mais alto é que se fariam ouvir, ou chamando nomes como se estivessem no meio de carroceiros. Portanto, pediu que tivessem atenção e não esquecessem a dignidade daquele órgão, lembrando que era o mais importante órgão autárquico. -----

Solicitando para por uma interpolação à Mesa, Luís Testa perguntou com que direito é que o Presidente da mesma se arrogava na moral divina para corrigir os membros daquela casa? Disse também que, naquela mesma casa, sempre houve e sempre haveria liberdade de expressão e nunca se sentiria ofendido por nada que ali fosse dito, aliás, nunca ninguém se tinha sentido ofendido por algo que o próprio tivesse dito. Quem estava ali de livre vontade e com presença de espírito sabia, perfeitamente, distinguir o que era a luta política das questões pessoais e nunca tinham sido para ali levadas questões pessoais. Disse ainda que o Presidente daquela Assembleia tinha identificado como alta ofensa o facto de ter começado a sua intervenção com as palavras “Arriaga – O sensato”. Obviamente que aquilo foi no culminar de uma intervenção, do próprio debate político. Posteriormente, o Presidente da Mesa identificou “gritar”, como estando uso da palavra, no caso concreto ele, e ter que sobrepor a sua voz, para que fosse ouvido no uso da sua palavra, estando a descontar tempo do PS, sobre o burburim que se gerou. Acrescentou que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não estava a gritar com ninguém e que havia alguns que falavam mais alto e outros que se esforçavam por falar tão baixo, para nem sequer serem ouvidos., Disse inclusive que, ao ter-se comparado a linguagem utilizada à dos carroceiros era, aquilo sim, uma ofensa e o Presidente da Mesa acabou da pior forma uma intervenção que tinha por objetivo o seu início de forma contrária, ou melhor, o Presidente deu uma bofetada com uma mão sem luva, pensando que estava a usar uma luva branca. Por fim, referiu que o Presidente da Mesa era um verdadeiro desconsolado. -----

O Presidente da Mesa interrompeu o membro Luís Testa e disse para que não fosse por ali. Relembrou que o propósito era dar uma outra imagem e que quando se falava alto, com outros já a falarem alto o suficiente, só se estava a fazer pior. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que, na CDU, não falavam tanto quanto aquilo e que raramente levantavam a voz ou faziam uma coisa que não eram capazes de fazer, porque havia quem fosse muito bom a fazer humor dentro da política, como o Louçã. Consequentemente, e sem parecer ofensa, solicitou calma aos intervenientes e que também pensassem mais onde é que poderia levar a discussão dos assuntos da cidade, em vez de se julgarem uns aos outros. Disse ao membro Miguel Arriaga que não seria preciso ser-se Vereador de uma Câmara ou eleito de uma Assembleia Municipal ou até integrar os órgãos dirigentes de uma Fundação do Concelho para que, obrigatoriamente no papel em que ali estava, a Fundação ou alguém que a tutele lhe dizer o que é que se passava dentro da mesma. Por tal facto, a CDU foi contra a criação da célebre Comissão de Acompanhamento da Fundação, pois acharam que seria desrespeitar a pessoa que indicassem, para porem alguém a controlá-lo, ou então o mesmo teria de dizer o que é que se passava. O que a nova Direção veio a demonstrar foi que, em todas as Assembleias Municipais, a Câmara Municipal deverá estar preparada para informar o que se passava com a fundação. Quanto ao seu grupo partidário, deveria ser o conselho de Administração a estar ali e a prestar os esclarecimentos, caso contrário, que fosse alguém da Câmara o responsável. Em conclusão, referiu que aquela Assembleia não poderia continuar sem ter, ali nas sessões, informação plausível de uma Fundação privada, a qual era tutelada e fiscalizada pela Câmara. Por último, agradeceu ao membro António Baptista pela honestidade, ao ter dito claramente, que estava já em campanha, contrariamente aos outros que diziam que não. Disse também que a CDU iria concorrer e que quando ganhavam trabalhavam para Portalegre. Qualquer atividade que a Presidente da Câmara tivesse prevista para 2013, contaria certamente com aquilo que a CDU entendessem que seria bom, na devida altura e não haveria nada que os pressionasse a desistir do que fosse, mesmo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que alguns tivessem medo das pessoas lá fora, não ali dentro, reconhecerem que a CDU trabalhava e fazia. -----

No uso da palavra, a primeira-secretária da Mesa, Alexandra Carrilho, acrescentou às palavras ditas anteriormente que a Fundação era pública, de direito privado mas regendo-se, tal e qual, pelo direito público. Disse inclusive que toda a fiscalização feita à Fundação e aos seus órgãos, bem como relatórios e documentos estavam com o Executivo, conforme tinham pedido, e também já ali tinham sido presentes à Assembleia. Informou ainda que, a partir de 13 de janeiro, a Fundação passaria a ser pública, embora a proposta de alteração de estatutos, de acordo com LQF (Lei Nº24 de 9 julho), tivessem sido chumbados no executivo municipal. -----

Novamente no uso da palavra, Miguel Arriaga dirigiu-se ao membro Adriano Capote apenas para lembrar que ele não disse que não queriam saber, mas sim que não queriam fazer parte. No entanto, concordava com o que tinha sido referido quanto à informação ter de estar disponível para todos.-----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que as intervenções do membro Miguel Monteiro e do membro Luís Testa diziam bem qual era a posição do PS na Assembleia Municipal. O Miguel Monteiro tinha começado por dizer que o PS clarificava claramente e não necessitava de esclarecer nada e, em finalização, o Luís Testa acabou por considerar que a discussão política justificava tudo. Na sua opinião, a discussão política, por muito entusiasmo que lhe quisessem colocar, não justificava tudo, porque tinham de ir para além da mesma e existiam outros valores importantes, para se preservar algo fundamental em prol da comunidade; postura que o PS não tinha no seu mandato porque não precisava de esclarecer a posição e a prática que teve ao longo do desempenho, tanto ao nível do Executivo, como da Assembleia Municipal, era claramente naquele sentido, mas depois a política não se iria sobrepor a tudo. Disse que as pessoas do Concelho percebiam perfeitamente aquilo e, aliás, era uma lógica que atravessava o PS, ao nível local e ao nível nacional. E, portanto, viviam muito enredados no facto de acharem que a discussão política, só por si, resolvia os problemas das pessoas. -----

No uso da palavra, António Baptista referiu que não estava em campanha, nem em pré-campanha. Perguntou ao membro Adriano Capote se bem se lembrava de que a CDU tinha sido sempre contra a criação da comissão da fundação, tanto que não indicaram ninguém, justificando que tinham lá um administrador? Provavelmente porque, consideraram que a comissão era órgão da Assembleia que reuniria mais vezes e portanto até facilitaria o trabalho da Assembleia, logo a CDU não iria estar contra a criação da mesma. Tendo em conta que a CDU agora já não tinha lá ninguém, possivelmente estivessem agora com vontade





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de voltar com a palavra atrás, naquela mesma. Conforme tinha sido dito pela primeira-secretária da Mesa, a Câmara tinha obrigação de ter todos os documentos que lhes foram enviados; Portanto, a tal comissão foi criada para verificar a relação entre a Câmara e a Fundação e o trabalho podia ser facilitado se a mesma funcionasse. -----

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote disse que a não concordância com a dita comissão estava mais do que explicada. Quanto à atualidade e segundo o que se conhecia, as recomendações do Governo eram: ou extinguia-se, ou a Câmara assumia a responsabilidade. Obviamente que, desde que não se extinga e a Câmara assuma, a Assembleia Municipal fiscalizará a fundação através da Câmara e, obviamente, a CDU tinha um vereador no executivo para saber o que se passava. Na sua opinião, criar mais uma fiscalização para sobrepor a fiscalizações seria, à moda portuguesa: dividir responsabilidades para ninguém ser responsável. -----

Pedindo o uso da palavra, Luís Testa disse ao membro Cristóvão Crespo, caso não tenha ficado esclarecido, que as intervenções que os membros do PS faziam, também respondiam por elas. Mais referiu que o membro Cristóvão Crespo, talvez por influências lisboetas, terá sido, de forma muito rápida, elevado à categoria de comentador e a única coisa que ali foi fazer, foi um comentário às intervenções do PS. Embora o comentário efetuado não tenha levado nada de novo, o grupo do PS sentia-se lisonjeado por terem sido merecedores do mesmo. Quanto ao facto de ter dito que tudo justificava o debate e a política, lembrou ao membro Cristóvão Crespo que, com os eventuais riscos que se pudesse ter, tal atitude seria sempre melhor do que utilizar todas as justificações e mais algumas para não haver debate nenhum; e o membro Cristóvão Crespo colocava-se sempre na posição de apaziguador das vontades e de desinformar qualquer debate. Acrescentou que o papel daquele membro da Assembleia não era o de fazer comentários, mas sim de colocar questões à própria Câmara Municipal ou até colocá-las às outras bancadas e debatê-las posteriormente. -----

Em defesa da honra, Miguel Monteiro disse que o Partido Socialista queria deixar bem expresso que preferia assumir o risco de que todas as questões, mesmo as mais embaraçosas que sejam, relacionadas com a atividade municipal, com excesso de entusiasmo ou com excesso de volume nas suas intervenções do que abster-se daquilo que era o cumprir do seu papel naquela Assembleia Municipal. O grupo municipal do PS iria continuar, de forma incisiva, a colocar todas as questões que achasse por bem e se outros preferiam usar o seu tempo para comentar a tipologia de intervenção dos membros da bancada do Partido Socialista, cada um escolhia o seu lugar na Assembleia Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **4 – Atas n.ºs. 20 e 21, relativas às reuniões realizadas em 23 de Julho e 28 de Setembro, respetivamente;**

Presentes as Atas n.ºs 20 e 21, relativas às reuniões realizadas em 23 de Julho e 28 de Setembro de 2012. -----

**DELIBERAÇÃO** (Ata n.º 20): a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 4 abstenções, aprovar a respetiva ata.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse que se iria abster naquele ponto para exemplificar como uma ordem do dia, construída sem respeitar o formalismo ou as prerrogativas formais, poderia prejudicar o sentido de voto. Teria de se abster na ata 20, porque não esteve presente na reunião, mas na ata 21, esteve presente e, não tendo nada a opor, pretendia votar favoravelmente. Normalmente, a um ponto de ordem de trabalhos correspondia uma votação e, portanto, ao juntarem-se as duas atas no mesmo ponto, prejudicava-se o sentido de voto. Mais disse que aquela seria uma questão menor comparando com a aprovação de umas grandes opções do plano e do orçamento, cujos sentidos de voto poderiam ser também diferentes e que ao serem juntados no mesmo ponto da ordem de trabalhos, prejudicavam a diferenciação do voto, como tinha acontecido recentemente na votação daqueles assuntos, na reunião de Câmara. -----

O Presidente da Mesa informou que, para que tal não acontecesse, tinha tomado a liberdade de fazer a votação separada das atas, embora estivessem no mesmo ponto.-----

**DELIBERAÇÃO** (Ata n.º 21): a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 5 abstenções, aprovar a respetiva ata.-----

### **5 – Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas do concelho de Portalegre/Alteração;**

- Deliberação de 2012.10.01 -

Presente informação do serviço de licenciamento da Divisão de Planeamento e Estruturação Urbana, datada de 26 de setembro de 2012, relativa aos resultados da Discussão Pública da alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas do concelho de Portalegre. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração e remetê-la à Assembleia Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção, aprovar o regulamento.-----

### **6 – Loteamento Municipal dos Malhadais e Ribeirinho, freguesia de Carreiras/ Alteração ao Regulamento de Venda;**

- Deliberação de 2012.10.15 –

Presente informação n.º 66, da Divisão de Planeamento e Estruturação Urbana de 09 de outubro de 2012, relativa à alteração do Loteamento Municipal dos Malhadais e Ribeirinho, freguesia de Carreiras. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração acima referida e remetê-la à Assembleia Municipal. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao regulamento de venda.-----

### **7 – Aprovação da Renovação de Competências delegadas pelo anterior executivo municipal nas Juntas de Freguesia;**

- Deliberação de 2012.12.10 –

Presente proposta da Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, de 06 de dezembro de 2012, referente à aprovação da renovação de competências delegadas pelo anterior executivo nas Juntas de Freguesia, através do Protocolo outorgado em 2004 até à celebração do novo Protocolo, deliberando anualmente as respetivas verbas. Mais foi deliberado, por unanimidade, atribuir, sob condição de aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da al. a), do n.º 2, do Art.º 128.º, do Código do Procedimento Administrativo, eficácia retroativa ao ponto 1 da proposta da Senhora Presidente, à data da tomada de posse do atual Executivo Municipal, 26 de outubro de 2009. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na al. s), do n.º 2 do Art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

Solicitando o uso da palavra, António Chaparro solicitou à Mesa que a discussão daquele ponto fosse adiada, até que a Presidente da Câmara ali estivesse presente, pois a sua intervenção tinha a ver com uma questão que ele gostaria de colocar à própria. -----

O Presidente da Mesa disse não haver qualquer inconveniente.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Naquele momento entrou na sala a Presidente da Câmara Municipal de Portalegre.

Novamente no uso da palavra, António Chaparro disse que a sua intervenção tinha a ver com o sentido de voto, naquele ponto da ordem de trabalhos, no qual se iria abster, em respeito pelo presidente da Junta de Freguesia de Alegrete que na altura exercia funções, aquando da aprovação do protocolo de delegação de competências que ali iriam reportar, e o que estava plasmado nos documentos reportava aprovações ao ano de 2004, altura em que o Presidente da Junta também se absteve. Disse ter já apresentado algumas propostas de alteração àqueles documentos, nomeadamente às tipologias das competências que eram transferidas para as Juntas de Freguesia, não pelo princípio em si, pois era apologista convicto da necessidade da delegação de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, porque entendia que era o órgão que se encontrava mais próximo das populações e em que algumas das funções as poderia desenvolver de uma forma mais plena e, porventura, mais eficaz financeiramente, conforme provado anteriormente. Contudo, disse não concordar com a forma abrangente como aquelas competências tinham sido transferidas para as Juntas de Freguesia e já tinha feito diversas referências naquele sentido, em reuniões ocorridas entre os Presidentes das juntas e com alguns dos membros do Executivo Municipal, pelo que se iria abster. Por último, chamou a atenção à Presidente da Câmara para uma questão verificada num dos documentos presentes à reunião de Câmara, a qual tinha a ver com uma alteração orçamental proposta na última ordem de trabalhos; lembrou que na última reunião que as Juntas de Freguesia tiveram com a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, tinha sido assumido pela mesma que iria desenvolver todos os esforços para pagamento de alguma verba às Juntas, no âmbito do protocolo de delegação de competências, que reportasse ao ano de 2012, ou melhor, as Juntas de Freguesia, durante o ano de 2012 e relativamente àquele ano não receberam um único euro das transferências da Câmara. Perante tal facto, perguntou porque é que na última alteração ao orçamento da Câmara de 2012 a Presidente da Câmara propôs ao Executivo ainda mais um corte nas verbas a transferir para as Juntas de Freguesia? Se estavam no orçamento inicial de 2012, com uma quantia de cerca de 85.000 euros a serem transferidos para as Juntas; até à última alteração estavam contemplados 45.000 euros também para transferir para as mesmas; ainda não receberam nada e, no entanto, a Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara comprometeu-se com os Presidentes de Junta que até ao final do ano iria desenvolver todos os esforços para que os 45.000 euros, que já tinham sido cortados, fossem transferidos para as respetivas Juntas. A principal estranheza foi que na última alteração orçamental os únicos esforços desenvolvidos foram cortar ainda mais 15.000 nas ditas verbas. Portanto, questionou se eram aqueles os esforços da Presidente da Câmara e o que é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que mais iria acontecer às Juntas de Freguesia? Uma vez que, pelos vistos, os Vereadores da oposição ainda fizeram finca-pé aos 30.000 euros, para que ficassem plasmados no orçamento e se iriam ou não ser transferidos, ainda relativamente ao ano de 2012. -----

No uso da palavra, Luís Testa perguntou à Presidente da Câmara, tendo em conta o atraso nas transferências para as Juntas de Freguesias relativos aos protocolos que estavam em vigor, se supletivamente a Câmara tinha assumido algumas das competências que estavam vertidas nos mesmos? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que, relativamente às Juntas de Freguesia, estavam atualmente a trabalhar num novo protocolo e do grupo de trabalho que o estava a elaborar fazia parte o Vereador Nuno Santana, o Presidente da Freguesia de Alegrete e o Presidente da Junta de Freguesia das Carreiras, no sentido de adaptarem o protocolo de uma forma mais correta. Estava convicta de que a forma abrangente com que o anterior protocolo estava não seria a melhor e, portanto, teria de ser adaptado. Mais referiu que o contexto atual era diferente do de outrora e tinham tido diversas dificuldades. Apesar de tudo, recuperaram a dívida toda e pagaram tudo até final de 2011, sendo que em 2010 o montante dado às Juntas de Freguesia tinha sido bastante elevado. Acrescentou que iria tentar pagar tudo o que estava em dívida de 2012, dependendo daquilo que entrasse até aos dias correntes. Informou que o que acontecia na alteração orçamental era que, por vezes, não tinham muitas opções e quando apareciam injunções passavam à frente de outros pagamentos, conforme tinha acontecido há pouco tempo, com uma tranche no valor de 43.800,00€. Tais situações custavam-lhe imenso, pois as Juntas, as Associações Culturais e Desportivas, bem como a ação social, eram sempre prioridades que não gostaria de mexer, fosse de que modo fosse. Contudo, muitas das vezes, disse não ter opções e, perante as injunções, tinha de dar prioridade àquelas. Referiu que se o dinheiro entrasse até final do ano haveria pagamento da verba em causa e adiantou que a proposta de retirar os 15.000€ e ficarem os 30.000€ foi sua, uma vez que as Juntas desenvolviam um trabalho de proximidade exemplar e que assim deviam continuar, assim como deveria continuar também com a delegação de competências, em moldes diferentes, pois estava convencida de que aquela tipologia não era a melhor nem a que servia a todos. Por fim e relativamente à questão colocada sobre o protocolo das competências da Câmara, informou que têm-se substituído nalgumas coisas que as Juntas deveriam fazer, no âmbito daquela delegação de competências. Provavelmente não tanto nas Freguesias rurais, conforme desejariam, mas a Câmara tem feito o que estava ao alcance.-----

Usando da palavra, Luís Testa disse admirar a frontalidade com que a Presidente assumiu tudo, na questão de se substituir ao papel das Juntas de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Freguesia urbanas e não tanto nas rurais. No entanto, a sua questão ia para além daquilo; porque quando perguntou se supletivamente, ainda que de forma transitória não tivesse pago o que estava em dívida perante as Juntas, a Câmara tinha-se substituído às mesmas no exercício de determinadas competências, estava a alertar a Presidente da Câmara para o facto de as Juntas terem muitas vezes, com muitas dificuldades, assumido competências que lhes foram delegadas pela Câmara e sem o cumprimento do envelope financeiro que lhes devia estar associado. Portanto, o necessário seria identificar uma série de lotes de competências que eram desempenhadas pelas Juntas de Freguesia e que pudessem as mesmas serem desempenhadas supletivamente, ainda que forma transitória, pelo Município. Por último, solicitou à Presidente para que dissesse ali, de forma aberta e transparente, quais é que eram as atividades que a Câmara se tinha substituído às Juntas de Freguesia urbanas e em que moldes? -----

A Presidente da Câmara deu o exemplo do calcetamento, que era uma das competências que fazia parte da referida delegação. De qualquer forma, acrescentou que o trabalho estava a ser feito e até poderia ser definitivo nalgumas coisas, imaginando que o montante não poderia ser igual aos montantes anteriores. No entanto, tudo dependia do acordo a ter com as Juntas e poderia, em certas coisas, haver algumas competências que passassem definitivamente para a Câmara, caso as Juntas achassem que o dinheiro que iam receber fosse pouco. Referiu que tudo dependia da forma como o bolo iria ser repartido, com base em critérios objetivos. Relembrou que já estava em marcha um levantamento, por parte da equipa atrás referida. –

No uso da palavra, Luís Testa disse que quando existia um ato normativo, nomeadamente um regulamento, grosso modo uma lei, quer-se que o mesmo seja geral e abstrato; quando existiam protocolos, teriam de ser objetivos e concretos e não lhe parecia de forma alguma despiciente que o município de Portalegre, em vez de estar a investir e a alocar demasiados recursos na constituição de um protocolo, alocasse recursos humanos na constituição de dez protocolos, porque, objectivamente, não era possível de comparar as necessidades, os meios e os recursos de juntas completamente diferentes umas das outras. As necessidades de uma Junta de freguesia grande como a Urra não eram comparáveis às de S. Julião e, por isso, parecia-lhe lógico que a Câmara investisse recursos, do ponto de vista humano, no estudo daquilo que seria a possibilidade de existirem dez protocolos diferentes.

A Presidente da Câmara disse que talvez não se tivesse feito entender, pois era aquilo que estava a ser feito. Mas, para que tal fosse possível, era necessário fazer primeiro o levantamento dos dados.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções, aprovar o documento.-----

### **8 – Proposta de incentivos fiscais à reabilitação urbana de prédios localizados na área de reabilitação urbana de Portalegre;**

- Deliberação de 2012.12.10 -

Presente proposta do Vereador Nuno Santana, de 06 de setembro de 2012, para incentivos fiscais à reabilitação urbana de prédios localizados na área de reabilitação urbana de Portalegre. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta acima mencionada e remetê-la à Assembleia Municipal. -----

A Presidente da Câmara fez uma apresentação geral da proposta em causa.---

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que aquela pequena etapa que os levava ali àquele ponto carecia de ser complementada por um percurso muito mais longo, que já devia ter sido iniciado há muito mais tempo, mas que foi, e continuava a ser abandonado por aquele Executivo, pelo simples motivo de que se assim não fosse, obviamente que a proposta apresentada das grandes opções do plano e do orçamento contemplaria outro tipo de situações prementes. Aquelas matérias podiam e deveriam ser apuradas no terreno. Na sua opinião não bastava ir ali aprovar benefícios fiscais, mas sim implementar uma política e uma estratégia ambiciosa de reabilitação urbana, que alargasse o próprio perímetro, atualmente definido, mas que pode ser melhorado. Pareceu-lhe evidente que se alguém ali não percebia o que era a reabilitação urbana, propriamente dita, era a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, porque ao ter agitado a bandeira de arranque da reabilitação com um “curso de ideias” para o qual meteu no orçamento um prémio de 7.500 euros, estava tudo dito. O conceito de reabilitação e/ou regeneração era muito mais vasto do que o faziam crer. Portanto, já deveriam estar a trabalhar no terreno há muito mais tempo e não estavam. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista disse que a reabilitação urbana era uma medida importante, mas teria de ser num contexto mais alargado. --

Em resposta, a Presidente da Câmara informou que o conceito de regeneração era muito mais abrangente do que o de reabilitação. O POLIS foi uma reabilitação e não uma regeneração e, portanto, não pretendiam cair no mesmo erro. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa solicitou aos intervenientes que concluíssem o debate para se passar à deliberação. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que a intervenção da Presidente lhe era, mais uma vez, levada pelo espanto, porque o seu grupo já sabia qual era a abrangência total e magnânima que a mesma conferia ao conceito de regeneração urbana. Recordou que se ocorressem umas obras para a EDP ou para a PT colocarem uns cabos, assim como um concurso de ideias, tais factos não seriam considerados como sendo regeneração urbana. Por outro lado, existia já há cerca de um ano e meio um regulamento aprovado e uma apresentação feita na Assembleia Municipal que, aquilo sim, era regeneração urbana, mas que estava na gaveta. Inclusive, alguns Vereadores diziam que nem sequer sabiam onde estaria aquela dita gaveta. Referiu que o objetivo era simples: A Presidente devia por em execução aquilo que a Assembleia Municipal aprovou há um ano e meio e que estava inviabilizado de tal forma que, por medidas do poder central ou por falta de tempo para que a medida fosse estendida a outros núcleos que não o da Cidade de Portalegre, faziam perigar a bondade da própria medida. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 25 presenças, aprovar a proposta.-----

### **9 – Proposta de reorganização de Serviços da Câmara Municipal de Portalegre – Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro;**

- Deliberação de 2012.12.10 -

Presente proposta da Presidente da Câmara Municipal, de 04 de dezembro, referente à reorganização de serviços – Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Ana Manteiga, Pinto Leite, Paula Alegre, João Realinho e Hugo Capote, aprovar a proposta da Presidente e remeter à Assembleia Municipal. -----

Pedindo o uso da palavra, Luís Testa disse que estava à espera que, quem de forma tão lesta ali foi apresentar a ausência do orçamento, também fizesse uma pequena alocução sobre a reorganização administrativa do Município de Portalegre. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que a reorganização resultava da Lei 49/2012, de 29 de agosto, que procedia à adaptação da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

administração local da lei 2/2004, de 2 de janeiro, diplomas aqueles que obrigavam a proceder à alteração em causa. Mais informou que o Município de Portalegre, de acordo com as novas regras e critérios, podia prever um diretor de departamento, quatro chefes de divisão e um cargo de direcção intermédia de terceiro grau. Quanto aos dirigentes dos serviços municipalizados, eram contabilizados para efeitos dos limites de dirigentes a promover pela Câmara Municipal. Referiu que lhes pareceu mais sensato que, em vez de terem um diretor de departamento e três chefes de divisão, sendo que um era para os SMAT, terem quatro chefes de divisão na Câmara, um cargo de direcção intermédia de 3.º grau e os SMAT com um chefe de divisão. Disse ainda que assim pareceu-lhes ser mais equilibrado, do ponto de vista da gestão atual. Contudo, disse não concordar com aquela restrição da lei, pois a Câmara Municipal de Portalegre, além de capital de distrito, é uma Câmara que deveria ter mais um chefe de divisão e uma estrutura diferente. No entanto, do ponto de vista organizacional, era consensual que não fosse uma organização piramidal, mas sim mais horizontal e, naquele sentido, optaram por não ter um diretor de departamento, mas sim quatro chefes de divisão. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, embora não concordasse com as muitas intromissões e entraves que o poder central estava a colocar à administração local nos Municípios, também não concordava com a abordagem da Presidente da Câmara, a qual considerou errada, do princípio ao fim, porque a mesma falava sempre em directores de departamento em vez de falar em departamento e falava em chefes de divisão, em vez de falar em divisões. Portanto, aquilo que estava subjacente à abordagem da Presidente de Câmara era sempre a pessoa em concreto ou em abstrato, para desenvolver aquela atividade, e nunca as necessidades reais do Município. Na sua ótica, aquilo que a Presidente deveria ter dito àquela Assembleia era que lhe tinha parecido mais lógico que no quadro atual do Município de Portalegre houvesse quatro divisões e uma outra nos Serviços Municipalizados e que as identificasse, de livre e espontânea vontade, sem que fosse instigada pelo órgão de fiscalização que era a Assembleia Municipal. A seu ver, a Presidente não percebia nada daquilo e andava ali completamente abstraída da realidade atual. -----

No uso da palavra, Luís Pargana disse que a CDU via com preocupação aquela reestruturação orgânica dos serviços da Câmara Municipal, não pelas opções de gestão que o Executivo teve, com toda a legitimidade, mas pelo carácter impositivo que a lei colocava à Câmara Municipal de Portalegre em concreto, mas à generalidade das Câmaras Municipais no país e que, em última análise, poderia condicionar muito a natureza do serviço público de proximidade que o poder local prestava às populações dos seus territórios. Mais referiu que aquela lei recuperava lógicas de organizações de serviços municipais do estado novo, quando não tinham um regime democrático nem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

autonomia do poder local. Recuperava, nomeadamente, a lógica do chefe de serviços, do chefe de secretaria que predominava na Câmara e que cumpria directrizes. Atualmente, o poder local, herdado e construído em 25 de abril de 1974, era outra coisa, tinha outras exigências e tinha necessidade de uma estrutura orgânica funcional e vertical, com responsabilidades técnicas e funcionais para além dos poderes políticos que geriam, conjuntamente, as Câmaras Municipais. Portanto, a lei vinha condicionar fortemente aquela autonomia do poder local. A CDU alertava para o facto de que aquela estratégia e visão do poder local, por parte do governo, era mais global, pois estava para além da lei dos dirigentes, para além da reorganização dos serviços das Câmaras Municipais e incorporava a nova lei das finanças locais, conforme já ali tinham falado no tal gestor para as autarquias com situação financeira difícil, o qual iria mandar na democracia e nos eleitos pelo povo, bem como nas alterações às questões fiscais, as quais condicionarão a autonomia financeira das Câmaras; também na questão da lei da reorganização administrativa do território e extinção das Juntas de Freguesia; a lei dos compromissos, a qual tinha provocado toda uma distorção absoluta e uma desestabilização da normal gestão financeira dos municípios. Estava-se, pois, a construir um edifício legislativo que subvertia em absoluto a lógica do poder local democrático. Mais disse que a proposta que estava em cima da mesa mascarava uma questão de fundo e central que era a questão do endividamento, porque aquele pacote legislativo aparecia com o argumento de que era para pôr na ordem aqueles “meninos” mal comportados, eleitos pelas populações, que eram os autarcas. Aquela não era a regra; a regra era terem autarcas competentes que gerissem a causa pública, em benefício das populações. Existindo descalabro financeiro e da dívida pública, disse resultar sim de opções de natureza política central e não do poder local e, portanto, aquela era uma falsa questão que precisava de ser explicitada por parte dos órgãos do poder local. Em conclusão, a CDU anunciava que, não se imiscuindo nas opções de gestão da Câmara, se iria abster relativamente àquela proposta, acompanhando assim o sentido de voto do Vereador da CDU na reunião do Executivo Municipal. -----

No uso da palavra, António Baptista disse, que em primeiro lugar, iria aprovar o regulamento em questão porque resultava de uma lei de âmbito nacional, na qual se revia. Referiu que lhe custava que, enquanto membro eleito pelas populações em democracia, pusessem em causa que aquelas leis eram comparadas com leis do estado novo, regime onde não havia democracia. Na sua opinião, podiam discordar da lei e dizer que a mesma era uma aberração, contudo não se devia ir ali dizer que a mesma recuperava o sentido do estado novo, porque foi precisamente votada numa Assembleia da República eleita pela maioria dos portugueses, aquele que os portugueses na altura quiseram vir dizer que recuperava o sentido de um estado onde não havia democracia.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Embora respeitasse a opinião do membro Luís Pargana, sentia-se atacado e teve de fazer aquela declaração. Disse ainda que, em relação àquele pacote, não sentia que o Governo quisesse dar um “puxão de orelhas” a qualquer autarca eleito pelo povo, mas sim que, à boa maneira reformista e de quem percebia que era preciso reformar o país, se criou um pacote abrangente, em termos autárquicos, não só na lei das freguesias, não só na lei de financiamento, nem só de âmbito territorial. Havia que distinguir-se duas maneiras de estar: a maneira reformista, em que o próprio se revia e também por admirar bastante o grande reformista do séc. XIX, que foi Mouzinho da Silveira, a quem foi dado o devido valor; ou então a segunda maneira que era aquela que todos pareciam ter ali no Município de Portalegre, que eram contra aquelas reformas, as quais resultavam do voto expresso em democracia, da maioria do povo português. -----

Usando da palavra, Miguel Monteiro, relativamente ao facto do membro Luís Pargana se ter referido aos puxões de orelhas aos meninos mal comportados, disse que não defendia nem reguadas, nem puxões de orelhas ao caso de Portalegre, porque se o fizesse já sabia quem é que ia sofrer, seria a população de Portalegre. Contudo, se pudesse poupar o povo do Concelho a terem de levar os tais puxões de orelhas e dar algumas, politicamente, em quem os tinha governado nos últimos doze anos, com muito bom gosto o faria.

A Presidente da Câmara informou que as quatro divisões propostas para aquela Câmara Municipal eram: a Divisão de Administração Geral e Finanças, sendo que o cargo de direção intermédia de terceiro grau ficaria também naquela divisão; de seguida tinham a Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais e Educação; a Divisão de Obras e Ambiente e a Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 13 votos a favor e 13 abstenções, aprovar a proposta.-----

### **10 – Regulamento Municipal de Feiras/Alteração;**

- Deliberação de 2012.12.10 -

Presente informação do SAJ n.º 434/12, de 03 de dezembro de 2012, respeitante à proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Feiras, apresentada pela DECO, no âmbito da audiência de interessados. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva alteração ao dito Regulamento e remeter à Assembleia Municipal. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração proposta.-----

**11 – Cedência de exploração dos lotes n.ºs 157 e 158 da Zona Industrial de Portalegre, requerido pelo Grupo Jorge Isidro;**

- Deliberação de 2012.12.10 –

Presente informação n.º 410, do SAJ, de 09 de novembro de 2012, a remeter informação relativa ao pedido apresentado pelo grupo Jorge Isidro, referente à cedência de exploração. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência acima mencionada e remeter à Assembleia Municipal.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 3 abstenções, em 27 presenças, aprovar o referido documento.---

**Aprovação em Minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade, em 28 presenças. -----

**FALTAS:**

=====

Não houve faltas a registar.-----

**ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 22.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 15.40 h, do dia 28 de dezembro do ano de 2012 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário(a) da Mesa, a redigi e subscrevo.